

18. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2017;

Submete-se à consideração do Executivo e posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017, em 0,25%, nos termos da alínea b) do nº. 2, do artº 106º. da Lei nº. 5/2004, de 10 de fevereiro.



BRAGA
Município

Documento nº: I/60/DF/2016

Data Registo: 25-10-2016

Assunto: Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2017

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Raquel Miranda (Dra)

Endereço:

Utilizador: Carlos Meireles (Dr)

Destinatário: Raquel Miranda (Dra)

Conhecimentos:

Data: 25-10-2016 10:20:49

Documento: I/60/DF/2016

Concordo. Remeter ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga a fim de, caso concorde, submeta à apreciação e deliberação do Executivo Municipal, devendo, uma vez aprovada, ser submetida à Assembleia Municipal.

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Do Excmo. Sr. Presidente.
16.10.25



Documento nº: I/60/DF/2016

Data Registo: 25-10-2016

Assunto: Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2017

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Raquel Miranda (Dra)

Endereço:

Utilizador: Raquel Miranda (Dra)

Destinatário: Carlos Meireles (Dr)

Conhecimentos:

Data: 25-10-2016 09:57:34

Documento: I/60/DF/2016

Taxa Municipal de Direitos de Passagem - 2017

Considerando que:

1. Compete à Divisão Financeira assegurar a elaboração de propostas de fixação e atualização das taxas e outras receitas municipais (conforme ponto 4.1.7, alínea a) da Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível do Município de Braga;

2. A Taxa Municipal de Direitos de Passagem regulada pela Lei 5/2004 de 10 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º123/2009 de 21 de maio, ambos na sua atual redação, refere que:

3. a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; b) ...o percentual referido na alínea anterior é aprovada anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0.25/prct.

4 - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento

3. Esta taxa encontra-se prevista no Regulamento de Taxas em vigor e no novo Código Regulamentar do Município de Braga, estando fixada em 0.25% nos termos da alínea b), n.º 2 do artigo 106 da Lei 5/2004;

4. Pese embora o facto de a taxa se encontrar fixada no regulamento de taxas em vigor e no novo Código do Regulamentar do Município de Braga, determina a lei 5/2004 que a percentagem aplicável em cada ano é a que resultar da deliberação dos órgãos municipais aprovada anualmente até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência;

5. Que nos últimos 4 anos foram recebidos pelo município de Braga valores respeitantes a esta taxa;

Assim, solicita-se que seja proposta ao órgão executivo a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem que, conforme se referenciou no ponto 3, foi em anos anteriores fixada em 0.25%. Esta proposta deve ser colocada à apreciação do órgão deliberativo, nos termos da lei.

À consideração superior.

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.